



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. O Objeto pretendido consiste na **contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de disposição final de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), identificados como Classe IIA, em aterro sanitário.**

2. DA NECESSIDADE:

Justifica-se a presente contratação tendo em vista que é dever da Administração Pública assegurar à população a prestação de serviços de **coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos** de forma **adequada, eficiente, segura e contínua**, por se tratar de um **serviço essencial**, conforme estabelece a legislação vigente.

A necessidade do serviço é reforçada pelas seguintes considerações:

- a) Que a geração constante de resíduos, resultante das diversas atividades humanas, representa atualmente um dos maiores desafios enfrentados pelas administrações municipais, exigindo soluções estruturadas e permanentes;
- b) Que os serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos devem ser executados de maneira técnica e ambientalmente correta, com vistas à preservação da saúde pública e à proteção do meio ambiente;
- c) Que o **Município de Cumbe/SE não dispõe de local próprio, adequado e devidamente licenciado** para a disposição final dos resíduos coletados pelo serviço de limpeza urbana, tornando indispensável a contratação de empresa especializada para essa finalidade;
- d) Que o aspecto estético, a organização e a salubridade dos espaços públicos são de interesse coletivo, devendo ser preservados em benefício da qualidade de vida da população e do bem-estar social.

3. DA JUSTIFICATIVA DE SELEÇÃO DA MODALIDADE ADEQUADA:

3.1. Considerando que a contratação de empresa especializada para a execução do objeto em questão atrai **diversos potenciais fornecedores**, e que a **execução dos serviços não demanda elevada complexidade técnica**, trata-se de uma contratação passível de ampla competitividade e simplicidade procedimental;

3.2. Considerando que o Município **dispõe de informações precisas e atualizadas sobre os quantitativos a serem contratados**, os quais não estão sujeitos a variações significativas decorrentes de fatores externos, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP);

3.3. Considerando o disposto na Lei Federal nº **14.133/2021**, especificamente em seu artigo 29, o qual estabelece que a **modalidade pregão deverá ser adotada sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos** no edital, com base em especificações usuais de mercado;

3.4. Diante das justificativas expostas, define-se o seguinte:

- a) **Modalidade licitatória: Pregão**, na forma eletrônica, por atender aos critérios de objetividade, competitividade e economicidade exigidos para a contratação;
- b) **Sistema de Registro de Preços: Não aplicável**. Considerando a natureza do objeto e sua forma de execução direta, **não se identifica compatibilidade com as hipóteses previstas para adoção do sistema de registro de preços** nos termos da regulamentação vigente;

4. DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS:

4.1. Os serviços deverão ser executados no período diurno, com frequência diária, seguindo a mesma programação da coleta, já que nos dias e horários em que for realizada (segundas às sextas-feiras) será necessária a operação do aterro.

4.2. O aterro deverá dispor de balança devidamente calibrada, afim de que possa realizar a pesagem dos resíduos transportados em cada viagem, devendo ainda, emitir relatório que contenha informações básicas, tais como: identificação da contratante, tipo de resíduo, data, horário e peso do material.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**

4.3. A concepção dos serviços a serem desempenhados no aterro consistem no recebimento, triagem, descarga dos resíduos, compactação de lixo e cobertura com material inerte.

4.4. A operação do aterramento dos resíduos sólidos no aterro sanitário será executada de acordo com as técnicas definidas em lei e pelos órgãos ambientais.

4.5. O aterro deverá prestar os serviços de acordo com as definições e critérios da Lei Federal nº 12.305/10 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos), da Lei Federal nº 11.445/07 (Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico), da ANBT NBR 10.004/04 (Resíduos sólidos - Classificação), da ABNT NBR 11.174/90 (Armazenamento de resíduos classes II) e da ABNT NBR 13.896/97 (Aterros de resíduos não perigosos).

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS:

5.1. O critério de julgamento será o de menor preço por item;

5.2. As especificações e quantidades serão dadas conforme planilha a seguir:

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.	V. UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)
01	Disposição final de resíduos sólidos urbanos (RSU), identificados como Classe IIA, em aterro sanitário devidamente licenciado.	Ton	720	R\$ 103,35	R\$ 74.412,00

5.3. O objeto do presente termo poderá ser acrescido ou subtraído, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, mantidas as demais condições iniciais, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar essa condição, quando formalmente proposto pela Contratante.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados após a realização dos serviços, conferência e atestação do fiscal responsável;

6.2. Para fazer jus aos pagamentos, a contratada apresentará:

- a) Nota fiscal/fatura;
- b) Boletim de medição atestado;
- c) Prova de regularidade fiscal, social e trabalhista.

6.3. Cumpridas as formalidades, a autoridade competente atestará a documentação e as encaminhará ao setor financeiro para pagamento;

6.4. Cumpridas as formalidades do item 6.3, a despesa será liquidada no prazo de até 5 dias da apresentação da documentação hábil;

6.5. Liquidada a despesa e havendo disponibilidade financeira, a Contratante efetuará o pagamento em até 30 dias, através de crédito bancário em favor de qualquer conta de titularidade da contratada;

6.6. Nenhum pagamento será efetuado na ocorrência de qualquer uma das situações abaixo especificadas:

- a) Falta de atestação dos documentos de cobrança pelo setor competente;
- b) Falta de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista.

6.7. Na hipótese de os documentos que comprovem a regularidade fiscal, social e trabalhista estarem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo à Contratante nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento;

6.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

6.9. A data base do presente termo observará o período de apuração do valor estimado;

6.10. O valor contratado será fixo e irrevogável durante o período de doze meses;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

6.11. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização da fatura em aberto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

7. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

7.1. O prazo de execução será de doze meses da assinatura do termo de contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de dez anos, desde que:

- a) Vislumbrada a maior vantagem econômica em razão da contratação plurianual, onde a autoridade competente da contratante deverá atestar o fato;
- b) Seja atestada, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.

8. DO INÍCIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

- 8.1. O início dos serviços dar-se-á em dois dias úteis a contar da assinatura do termo de contrato.
- 8.2. O consumo será executado de acordo com as necessidades do Município, de forma parcelada, mediante autorização prévia da contratante, para cada descarte que se faça necessário;
- 8.3. O recebimento do objeto dar-se-á de acordo com o art. 145, inciso I, letra "a", "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores;
- 8.4. O objeto será recebido no prazo de dois dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e proposta da contratada;
- 8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e proposta da contratada, devendo as irregularidades serem sanadas de pronto, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.6. As quantidades indicadas no presente termo são meramente estimativas, não gerando obrigação de consumo total para o Município;
- 8.7. Caberá ao setor solicitante, o recebimento e a atestação da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) correspondentes aos serviços executados, em pleno acordo com as especificações contidas no presente termo, aliado às disposições constantes da proposta da contratada.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 As despesas decorrentes desse procedimento correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTARIA	AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
20008 – Secretaria Municipal de Obras Públicas	15.452.0003.2029 – Manutenção de Serviços Públicos Diversos	3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros	15000000 17200000

9.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), a execução do Contrato ficará assegurada mediante a emissão da Nota de Empenho à conta do elemento de despesa, de mesma natureza, constante na Lei Orçamentária respectiva.

10. DAS OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

10.1. A Contratada, durante a vigência do presente termo, compromete-se a:

- a) Manter durante a vigência contratual as exigências de habilitação admitidas no procedimento adotado para a formulação do presente termo, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas;
- b) Prestar os serviços conforme especificações apresentadas no projeto básico, observando também as normas técnicas vigentes;
- c) Alocar todos os recursos necessários para se obter uma perfeita execução, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Município;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

- d) Cumprir todas as regras acerca da execução dos serviços, da fiscalização, das obrigações, pagamentos e demais disposições previstas no instrumento contratual;
- e) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município;
- f) Em caso de inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto contratado, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município;
- g) Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução dos serviços, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer ao Município comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- h) Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
- i) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- j) Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato;
- k) Garantir a fiel execução do objeto contratado, dentro do prazo estipulado;
- l) Aplicar os recursos financeiros, objeto deste contrato, na execução da atividade descrita na cláusula primeira deste contrato;
- m) Contabilizar os recursos repassados por meio deste Contrato, de acordo com as normas de direito financeiro, aplicáveis às instituições públicas.
- n) Disponibilizar profissionais qualificados;
- o) Apresentar relatório mensal dos resíduos tratados e aterrados, juntamente com os tickets de pesagem e possíveis registros fotográficos e de filmagens, caso venham ser solicitados pela fiscalização;
- p) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- q) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- r) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- s) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 48 (quarente e oito) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- t) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- u) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação.
- 10.2. A contratante, durante a vigência contratual, compromete-se a:
- a) Designar servidores para proceder a fiscalização e gestão do contrato;
- b) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato
- c) Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos constantes no rol do subitem 4;
- d) Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas na Ata;
- e) Fiscalizar e fazer cumprir todas as disposições do presente termo.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

11. DA BASE LEGAL:

11.1. Decreto Municipal nº 57/2023 e Lei Federal nº 14.133/2021.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do objeto licitado;
- b) Dar causa à inexecução parcial do objeto licitado que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do objeto licitado;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.5. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

12.6. A sanção prevista no inciso III, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no § 4º do art. 156, da Lei 14.133/21,



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**

e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.8. A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra: quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal.

12.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput do referido artigo.

12.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.11. A aplicação das sanções previstas no caput do art. 156, da Lei 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

13.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

13.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, pertinente e compatível com o objeto do presente termo (art. 66, da Lei Federal nº 14.133/21);

13.1.2. Em caso de preposto, documento que demonstre autorização para o exercício de representação.

13.1.3. Será inabilitada a empresa que apresentar objeto social incompatível com o objeto desta licitação.

13.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.2.1. Licença(s) ambiental vigente pertinente à atividade de aterro sanitário.

13.2.1 Comprovação de aptidão de capacidade técnica para desempenho de atividade pertinente a tratamento e disposição final de resíduos sólidos, devidamente registrado no CREA;

13.2.2 Certificado de Registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em nome da pessoa jurídica;

13.2.3 Certificado de Registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em nome do responsável técnico pelos serviços de destinação final dos resíduos sólidos. Este certificado deverá estar com prazo de vigência em vigor, ou ter sido expedido com no máximo 90 dias da data do certame licitatório;

13.2.4 No caso de o Aterro Sanitário não ser de propriedade da Proponente, deverá ser anexado documento que demonstre a vinculação entre a Proponente e o proprietário.

13.3. DA HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

13.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) (art. 68, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21);

13.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21);

13.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (art. 68, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21);

13.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (art. 68, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21);

13.3.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (art. 68, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/21);

13.3.6. Cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#), mediante apresentação de declaração de que não empresa menor (art. 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21);

13.3.7. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal do disposto nos subitens 12.3.3 a 12.3.5, será assegurado, aos licitantes detentores enquadrados na condição de ME/EPP, prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério do órgão, para a regularização da documentação, a



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**

realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão;

13.3.8. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 12.3.7 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no rol art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

13.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

13.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, (art. 69, II da Lei Federal nº 14.133/21).

13.4.2 Balanço patrimonial, com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios, comprovando:

13.4.2.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

13.4.2.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

13.4.2.3 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

14. DO PROCEDIMENTO DE GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

14.2. Na forma do que dispõe o art. 21, caput, do Decreto Municipal nº 57/2023, será designado servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

14.3. Na forma do que dispõe o art. 21, caput, do Decreto Municipal nº 57/2023, será designado servidor para atuar como gestor do contrato.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições. Nos preços já deverão estar inclusas todas as despesas tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou outras;

15.2. As demais disposições e condições referentes ao presente termo serão estabelecidas no edital de licitação e demais documentos integrantes do processo licitatório.

Cumbe/SE, 04 de agosto de 2025.

José Rafael de Oliveira
Secretário municipal de obras públicas

GABINETE DO PREFEITO
Aprovo!

Em ____ / ____ /2025.

ERIVALDO BARROSO LIMA
Prefeito Municipal